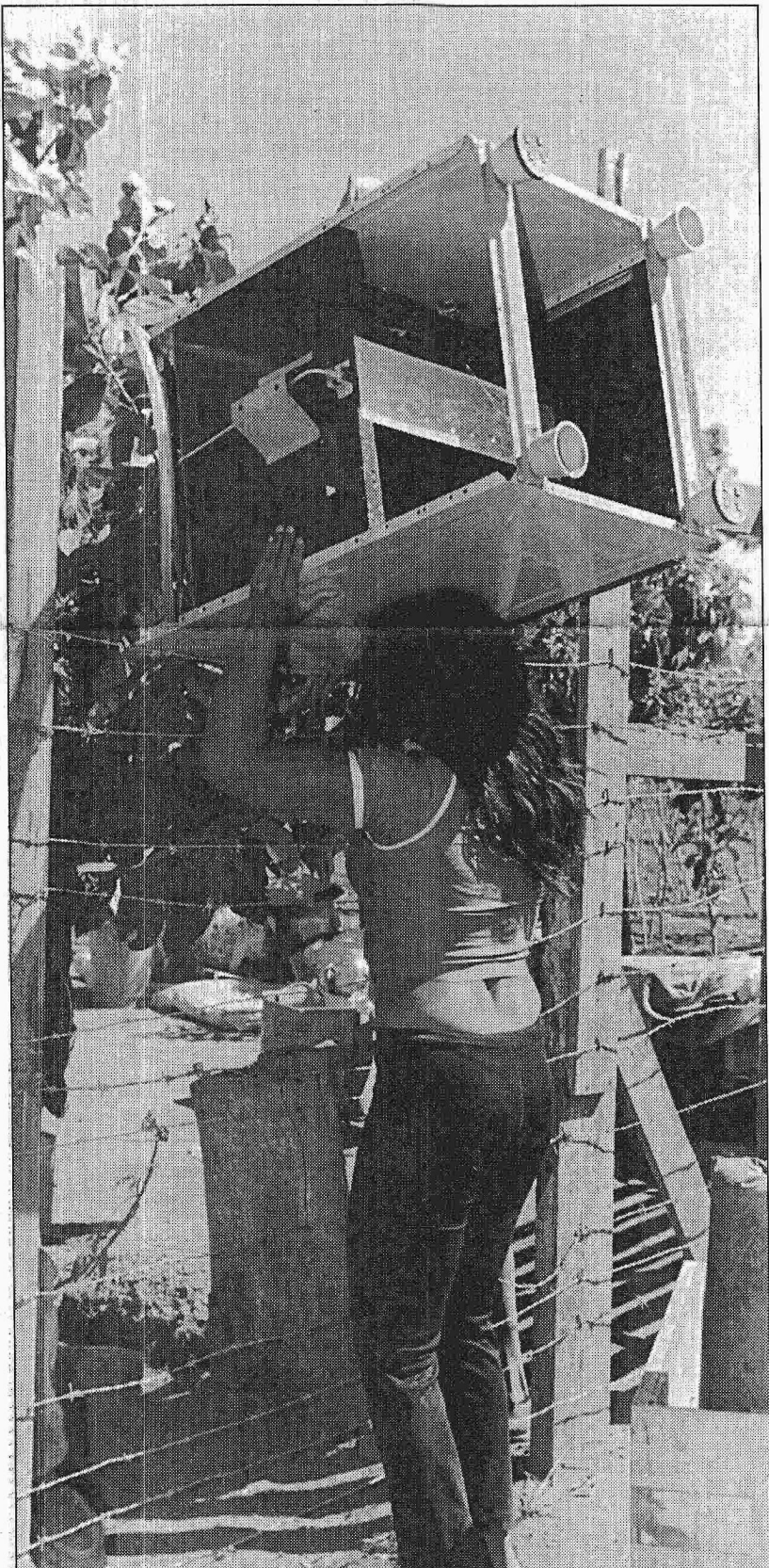




Invasores retiravam e tentavam salvar da destruição o pouco que tinham

Buriti acompanha por telefone

ANA CRISTINA VILELA

Enquanto moradores, policiais, máquinas e caminhões se enfrentavam na Estrutural, o governador Cristovam Buarque, segundo o secretário adjunto de Comunicação Social, Antônio Carlos Queiroz, acompanhava tudo pelo telefone. "Primeiro será feita uma avaliação. Este foi o primeiro passo", declarou Queiroz.

Mas no local da operação, enquanto as pessoas carregavam os pertences para outros barracos ou os amontoavam em algum local seguro, o presidente da associação de bairro, João Joaquim Batista, indignava-se. "O pessoal que teve os barracos derrubados vai dormir na casa do governador?" Irredutível, Batista afirmou: "Não sairemos. Vamos todos continuar aqui".

Negociação - Durante a tarde, com a chegada da Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a situação começou a se acalmar. Primeiro tentaram conseguir um acordo entre PM e invasores, de que nenhum dos dois invadiaria o espaço do outro, para que não houvesse mais vio-

lência. Mas a associação de moradores exigiu um acordo por escrito. O que foi feito, mas apenas um dos lados assinou. Sem a assinatura do comando da PM, o documento foi ignorado.

Entretanto o desmentido de um boato, que corria desde a parte da manhã, acalmou um pouco os ânimos. De acordo com os moradores, no início da operação, uma bomba de gás lacrimogêneo, que foi jogada dentro de um barraco, atingiu duas crianças, que tinham morrido sufocadas. O coordenador da Comissão dos Direitos Humanos, Paulo Machado, resolveu investigar a história. Mas não houve testemunhas, nem evidência do fato.

Outra exigência dos moradores para que recuassem era que Marlene Cavalcante Mendes fosse solta. Mas até às 15h35, quando a polícia começou a sair do local, ela ainda estava presa na 3ª DP. A Comissão dos Direitos Humanos e o Ministério Público, de acordo com o promotor de Justiça Nísio Tostas vão apurar as denúncias de agressão policial. O major Récio, do Comando da Polícia Regional (CPR), afirmou que "se houve excessos, haverá punição".